

HUMANAS E SOCIAIS

V.10 • N.1 • 2023 • Fluxo Contínuo

ISSN Digital: 2316-3801

ISSN Impresso: 2316-3348

DOI: 10.17564/2316-3801.2023v10n1p538-548



CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO E OS EFEITOS DE SENTIDOS DA MP QUE AMPUTOU A EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO

PRODUCTION CONDITIONS AND THE EFFECTS OF MEANINGS
OF THE MP THAT AMPUTATED THE BRAZILIAN COMMUNICATION
COMPANY

CONDICIONES DE PRODUCCIÓN Y EFECTOS DE SIGNIFICADOS
DE LA MP QUE AMPUTÓ LA EMPRESA BRASILEÑA
DE COMUNICACIÓN

Roberto Rivelino de Amorim¹
Jesana Batista Pereira²

RESUMO

Neste trabalho, o objetivo é refletir, a partir da Análise de Discurso fundada por Michel Pêcheux e o Materialismo Histórico Dialético, sobre os enunciados da Exposição de Motivos que dão sustentação político-ideológica a Medida Provisória Nº 744 de 1º de setembro de 2016, editada no governo Michel Temer, que extinguiu as possibilidades da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), criada no governo Lula, de exercer seu caráter constitucional de “pública” e a transformou em mais um braço ideológico da Presidência da República por rédeas da Casa Civil. O gesto de interpretação é, mobilizando as categorias da AD Condições de Produção, Interdiscurso e Memória Discursiva, compreender o jogo das relações sociais antagônicas em funcionamento numa sociedade capitalista, tendo o Estado como legitimador político e fiscalizador dos projetos da classe economicamente dominante e comprometida com os princípios do neoliberalismo. Nesse sentido, o Estado edita a MP que, por meio dos processos da ideologia, disfarça o projeto político do governo Temer em destruir os avanços do governo Lula na área da comunicação pública ao criar a EBC. Ou seja, por meio da análise das condições de produção foi possível compreender a sintonia do Estado com os princípios da política neoliberal implantada no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE

EBC. Medida Provisória. Análise de Discurso. Estado.

ABSTRACT

This work has as objective to reflect, from the Discourse Analysis founded by Michel Pêcheux and the Dialectical Historical Materialism, on the statements of the Explanatory Memorandum that give political-ideological support to Provisional Measure No. 744 of September 1, 2016, edited in the Michel Temer government, which extinguished the possibilities of Empresa Brasil de Comunicação (EBC), created in the Lula government, to exercise its constitutional character of “public” and transformed it into another ideological arm of the Presidency of the Republic through the reins of the Civil House. The gesture of interpretation is, mobilizing the categories of the AD Conditions of Production, Interdiscourse and Discursive Memory, to understand the game of antagonistic social relations at work in a capitalist society, with the State as political legitimator and supervisor of the projects of the economically dominant class and committed to the principles of neoliberalism. In this sense, the State edits the MP that, of the processes of ideology, disguises the political project of the Temer government in destroying the advances of the Lula government in the area of public communication by creating the EBC. That is, through the analysis of the conditions of production it was possible to understand the harmony of the State with the principles of the neoliberal policy implemented in Brazil.

KEYWORDS

EBC. Provisional Measure. Discourse Analysis. State.

RESUMEN

En este trabajo, el objetivo es reflexionar, a partir del Análisis del Discurso fundado por Michel Pêcheux y el Materialismo Histórico Dialéctico, sobre las declaraciones del Memorandum Explicativo que dan apoyo político-ideológico a la Medida Provisional No. 744 del 1 de septiembre de 2016, editada en el gobierno de Michel Temer, que extinguió las posibilidades de la Empresa Brasil de Comunicação (EBC), creado en el gobierno Lula, para ejercer su carácter constitucional de “público” y lo transformó en otro brazo ideológico de la Presidencia de la República a través de las riendas de la Casa Civil. El gesto de interpretación es, movilizando las categorías de las Condiciones AD de Producción, Interdiscurso y Memoria Discursiva, entender el juego de las relaciones sociales antagónicas en funcionamiento en una sociedad capitalista, con el Estado como legitimador político y supervisor de los proyectos de la clase económicamente dominante y comprometida con los principios del neoliberalismo. En este sentido, el Estado edita al MP que, a través de los procesos ideológicos, disfraza el proyecto político del gobierno de Temer en destruir los avances del gobierno de Lula en el área de la comunicación pública mediante la creación de la EBC. Es decir, a través del análisis de las condiciones de producción fue posible comprender la armonía del Estado con los principios de la política neoliberal implementada en Brasil.

PALABRAS CLAVE

EBC. Medida provisional. Análisis del discurso. Estado.

1 INTRODUÇÃO

Instituída pela Constituição Federal de 1988 e regulamentada pela Emenda Constitucional 32, de 2001, a Medida Provisória (MP), como instrumento particular de tomada de decisões/ações da Presidência da República do Brasil, já nasceu com vocação autoritária ao dispensar, sob a alegação da urgência em casos de relevância³, o ritual de discussões no Congresso Nacional.

Até o centésimo-vigésimo dia da sua edição, a MP tem força de lei e poder para alterar as regras do jogo político, econômico, social e cultural do país de acordo com os interesses dos grupos dominantes que dão sustentação ao ocupante da principal cadeira do Palácio do Planalto. Nas últimas duas décadas, essa ferramenta constitucional se transformou na principal forma de governança. Exemplo: no dia 2 de agosto de 2020 o presidente Jair Bolsonaro editou a MP de número 1.000. A milésima desde a nova regulamentação em 2001.

É nessa areia movediça das justificativas oficiais para a criação das medidas provisórias que este trabalho se inscreve. A partir de categorias (Condições de Produção, Interdiscurso e Memória Discursiva) da Análise de Discurso (AD) pecheutiana, ancorada no Materialismo Histórico Dialético, o objetivo é refletir sobre os efeitos de sentido engendrados na materialidade discursiva constituída de recortes da Exposição de Motivos da Medida Provisória nº 744 de 1º de setembro de 2016 (convertida na Lei nº 13.317 de 2017), que alterou a Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2007, sancionada pelo então presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, que instituiu os princípios e objetivos da radiodifusão pública no Brasil e autorizou a constituir a Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

A MP 744 foi editada pelo então presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, no exercício da presidência da República durante mandato de Michel Temer (2016-2018), e instaurou os mecanismos de controle da produção de conteúdo na EBC sob a bandeira do discurso de torná-la mais ágil, produtiva e eficiente. O ato presidencial revogou trechos da lei de criação da empresa que garantiam possibilidades de participação de setores da sociedade civil na gestão administrativa e de produção de conteúdo das emissoras de rádio, TV e sites de notícia da única empresa de comunicação federal do Brasil e juridicamente classificada como “pública”.

Para seguir neste caminho, é preciso reforçar dois lastros de sustentação da AD. O primeiro está no entendimento de que, na perspectiva do materialismo histórico-dialético, as contradições sociais, conjuntura política e econômica são determinantes de toda produção intelectual de uma época,

3 Ato normativo primário (fundado diretamente na Constituição Federal), da competência privativa do Presidente da República, para fazer frente a caso de relevância e urgência (“decretação de urgência”), que possui provisoriamente, força, eficácia e valor de lei (Dicionário Brasileiro de Direito Constitucional. Coord. Dimitri Drimonlis. São Paulo: Saraiva, 2007. p. 231).

como afirma Marx (2007, p. 47), “as ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante”. A partir de Max, Cavalcante (2015, p. 118) ressalta que:

Na perspectiva do materialismo histórico-dialético, todo processo de produção do conhecimento necessita ultrapassar a realidade fenomênica, uma vez que a essência não se dá a conhecer à primeira vista. Nesse processo de aproximação da totalidade do objeto, há que se considerar a importância da História, entendida como processo sempre inconcluso, do agir humano, considerada um campo de batalhas, de disputa de sentidos, de luta de classes.

O outro pilar está fincado na concepção de discurso inaugurada pelo filósofo francês Michel Pêcheux, na segunda metade do século XX, que se contrapõe ao conceito de língua do estruturalismo de Saussure (2012) (sistema de signos ideologicamente neutros) e traz para a discussão da linguística o social, a história e a ideologia. Para a análise dos efeitos de sentidos dos enunciados, é preciso entender o discurso para além do estudo estruturalista da língua, como bem apontam Florêncio e outros autores (2009, p. 24):

Na perspectiva de Michel Pêcheux, a AD [...] elege o discurso e não a língua como objeto de estudo; teoriza a relação da linguística com a história e a ideologia; concebe o discurso como sempre determinado, apreendido dentro de relações que o sujeito estabelece com o seu mover-se no mundo; pensa a enunciação no quadro de uma teoria não subjetiva do sujeito. Ou seja, toda e qualquer enunciação é resultado das relações sociais que o sujeito estabelece [...].

Nesse percurso teórico para a análise proposta neste trabalho, é basilar a compreensão da ressignificação do conceito de língua apresentada pela AD, que questiona o sentido literal das palavras e aponta na direção do imbricamento entre língua, passando, necessariamente, pelas relações sociais. Ou, como afirma Orlandi (2000, p. 9), “não podemos não estar sujeitos à linguagem, aos seus equívocos, sua opacidade. Saber que não há neutralidade nem mesmo no uso mais aparentemente cotidiano dos signos”. Florêncio e outros autores (2009, p. 25), ainda reforça o avanço da AD em relação ao enunciado, ao ressaltar que a função da AD é “explicar os caminhos do sentido e os mecanismos da estruturação do texto. Ou seja: explicar porque o texto produz sentido; não os sentidos contidos no texto”.

2 NASCIDA ESTATAL E BATIZADA DE PÚBLICA

No Brasil, a programação das emissoras de televisão tem, em linhas gerais, dois modelos de produção: o comercial e o público. A relação estabelecida com os receptores é fundamental para a distinção dos dois campos. Enquanto os meios com fins lucrativos enxergam os telespectadores apenas como massa consumidora e buscam o gosto médio para aumentar a audiência; a TV pública deve privilegiar a multiplicidade de público e o diálogo com as demandas informativas, educacionais e culturais de cada um deles (Valente, 2009).

Como a tradição nacional está marcada pela hegemonia das emissoras comerciais⁴ e a busca incessante pelo lucro e influência política, essa dicotomia remete a uma série de reflexões sobre a natureza, as características e a função de uma emissora pública nesse contexto. Porém, transitar no terreno da comunicação pública no Brasil não é tarefa fácil devido ao seu aspecto movediço.

Os desafios são muitos e remetem ao carácter difuso do próprio termo público e sua incorporação a diversas situações na área da comunicação social. Basta não pertencer a iniciativa privada para uma emissora de rádio ou de televisão receber o status de *pública*; o que leva a deduzir, de maneira apressada, que os meios de comunicação criados e mantidos pelo Estado são, necessariamente, públicos, já que são financiados pelo dinheiro do cidadão e, automaticamente, deveriam ser espaços e mecanismos de participação coletiva e exercício pleno da cidadania.

É com esse carácter ambíguo que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva cria a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), em 10 de outubro de 2007 por meio da Medida Provisória 398. A intenção era que se tornasse não só a agregadora de todas as emissoras de rádio e televisão de domínio da União, mas se transformasse em espinha dorsal no processo de reorganização do sistema público de comunicação, com ramificações em todos os estados brasileiros. Além da TV Brasil, a EBC incorporou a antiga TVE Brasil (Rio de Janeiro), TVE (Maranhão), TV Escola (TV por satélite), TV Nacional (NBR); e também a Rádio MEC 800 (Rio de Janeiro), a Rádio MEC 800 (Brasília); a Rádio MEC 98,9 FM (Rio de Janeiro), a Rádio MEC (rádio por satélite), a Rádio Agência Nacional e a Agência Brasil (plataforma online de produção de webjornalismo) e a TV Brasil Internacional.

No Decreto-lei nº 6.246/2007, publicado em 25 de outubro de 2007, a EBC se efetiva e recebe 20 milhões de verbas orçamentárias para constituição do capital inicial e o artigo 1º da regulamentação da nova empresa pública de comunicação do país a define como uma empresa pública federal vinculada à Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, o que causou críticas de vários setores e pesquisadores que participaram do fórum que construíram a proposta de criação da EBC. Eugenio Bucci, por exemplo, confirma o aspecto dúbio, o avanço e o recuo do governo federal:

[...] esse vínculo institucional com a presidência da República vai à contramão das melhores práticas da comunicação pública, conforme a tradição europeia, segundo a qual as emissoras públicas devem ter afinidade com a área da cultura e não com os órgãos encarregados de promover a imagem do presidente da República [...]. O vínculo da EBC com a SECOM, portanto, não poderia ser mais impróprio, uma vez que este órgão não tem nada a ver com cultura em sentido amplo ou com a atividade jornalística em sentido estrito. Dedicado à assessoria de imprensa, não deveria supervisionar uma empresa pública encarregada de informar com objetividade e isenção (Bucci, 2006, p. 13-14).

Bolaño (2007), a partir do campo teórico da Economia Política da Comunicação, enxerga essa questão a partir da compreensão dos papéis das redes comerciais corporativas do Brasil, do Estado,

4 Ao contrário dos EUA e da Europa, que optaram por um projeto público de instalação da TV, no Brasil, a empreitada foi entregue a iniciativa privada, relegando a TV Pública a um espaço quase silenciado e sem interlocução com a sociedade (JAMBEIRO, 2002).

dos diversos governos e dos processos regulatórios como subservientes às práticas de concentração e formação de monopólios e oligopólios do setor e, por fim, do posicionamento das organizações da sociedade civil diante dessa configuração.

O olhar crítico de Bolaño (2007) entende o estudo da comunicação no Brasil para além da regulamentação e das técnicas de produção de conteúdo. Para ele, a base de análise está na reestruturação dos mercados e das relações de poder e hegemonia que se processam no país e que a legislação vigente nada mais é do que a formalização de um determinado consenso social num dado momento e cuja validade se prolonga de acordo com a estabilidade da estrutura social hegemônica e seus atores.

No campo específico da comunicação pública, coube ao Estado criar e propagar, por intermédio da ideologia, o discurso oficial da independência da EBC à lógica do mercado e do governo federal. No Art. 2º, incisos VIII e IX, da lei de criação da EBC, está posta a

Autonomia em relação ao Governo Federal para definir produção, programação e distribuição de conteúdo no sistema público de radiodifusão; e a participação da sociedade civil no controle da aplicação dos princípios do sistema público de radiodifusão, respeitando-se a pluralidade da sociedade brasileira (Brasil, 2007, p. 27).

Com isso, cria a ilusão da existência do Estado em separado da Economia e, portanto, acima das classes sociais (Silva, 2015, p. 25).

Esse entendimento é essencial para compreendermos as condições de produção da Medida Provisória nº 744 de 1º de setembro de 2016, objeto deste trabalho, uma vez que o Estado (responsável por elaborar e editar as medidas provisórias), como afirma Mészáros (2011, p. 119) é inseparável do capital:

O Estado moderno foi criado como estrutura de comando político de grande alcance do capital, tornando-se parte da “base material” do sistema tanto quanto as próprias unidades reprodutivas socioeconômicas [...]. O Estado não pode ser autônomo, em nenhum sentido, em relação ao sistema do capital, pois ambos são um só e inseparáveis. Ao mesmo tempo, o Estado está muito longe de ser redutível às determinações que emanam diretamente das funções econômicas do capital [...].

Ou seja, ao mesmo tempo em que o Estado cria a EBC e reforça o discurso da democratização da comunicação pública, camufla a total sujeição da empresa a Presidência da República, responsável pela sua manutenção financeira, escolha do diretor-presidente e dos cargos administrativos e financeiros. Foi realizado concurso público apenas para funções da área de comunicação social.

3 MICHEL TEMER E A AGRESSIVA MP Nº 744

Ancorado no materialismo histórico-dialético, fundamentado nas relações sociais (luta de classes) da sociedade capitalista, e na concepção de discurso na perspectiva da AD de Michel Pêcheux de

que “toda e qualquer enunciação é resultado das relações sociais que o sujeito estabelece” (Florêncio *et al.*, 2009, p. 24), entendemos ser o caminho seguro iniciar, a partir do disposto teórico-analítico Condições de Produção, as reflexões sobre o discurso da urgência de tornar a EBC “eficiência”, que predomina na justificativa da Exposição de Motivos da MP nº 744.

É justamente nas condições de produção do discurso, ser possível compreender que toda produção discursiva é produzida numa arena de interesses sociais e políticos antagonônicos, mediada pela ideologia e discursos anteriores já constituídos (interdiscursos). Não é um processo espontâneo, individual, mas socialmente produzido. Enuncia-se a partir de um lugar social. Pêcheux (1988, p. 60) não deixa dúvidas ao afirmar que o sentido “não pertence à própria palavra, não é dado em sua relação com a ‘literalidade do significante’; ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas”. Silva (2015) evidencia a importância das condições de produção no processo constitutivo do próprio discurso.

Para além da explicação de como o discurso é produzido, as CPD possibilitam ao analista interpretar o processo de produção dos efeitos de sentido que daí decorrem, não se tratando, portanto, de um mero aspecto categorial (no sentido metodológico do termo), mas de uma condição constitutiva no discurso que se articula realidade histórico, materialidade linguística e sujeito (Silva, 2015, p. 108).

Florêncio e outros autores (2009, p. 65) reforçam que ao conceito de condições de produções. Orlandi (2009, p. 32) pontuou dois sentidos: um amplo e outro estrito: “O primeiro expressa as relações de produção, com sua carga sócio-histórico-ideológica. O segundo diz respeito às condições imediatas que engendram sua formulação”.

Para fins de análise das condições de produção estritas é necessário indicar o contexto da enunciação da MP nº 744: onde o discurso é veiculado, em que condições, quem fala e a quem se destina etc. Neste caso, a exposição de motivos que dá sustentação ideológica a MP foi publicada no Diário Oficial da União, no dia 1 de setembro de 2016, podendo ser acessado por qualquer cidadão brasileiro com acesso a internet. O texto é assinado pelos ministros do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, o economista Dyogo Henrique de Oliveira; e da Casa Civil, o advogado Eliseu Lemos Padilha, durante o governo Temer. Filiado ao PMDB, hoje MDB, desde 1966, Padilha aderece ao tecido político do grupo político que ocupa o Palácio do Planalto, ele também foi ministro nos governos de Fernando Henrique e Dilma Rousseff.

É preciso ressaltar, ainda, que o governo Michel Temer foi instituído a partir de um golpe institucional arquitetado por ele, na condição de vice-presidente, com apoio da maioria do parlamento brasileiro e dos setores econômicos do país, que não aceitaram reeleição da presidenta Dilma Rousseff, em 2014. Setores da política e da economia uniram-se para dar fim a política de governo do Partido dos Trabalhadores (PT), que caminhava no sentido do avanço em questões sociais.

A partir desse quadro, é preciso mergulhar nas condições de produção amplas para compreender as questões sociais, históricas e ideológicas em funcionamento na produção de efeitos de sentido do discurso da eficiência da EBC defendido pelos autores das justificativas para criação da MP 744, que

reconstrói os alicerces da EBC pelo viés do controle do Estado enquanto empresa pública, como fica evidenciado no enunciado que resume as intenções da MP:

Pretende-se **vincular** a EBC diretamente à Casa Civil da Presidência da República, **extinguir** o Conselho Curador, órgão de natureza consultiva e deliberativa, **alterar** a redação do art. 19 da Lei nº 11.652, de 2008, a fim de **aclarar** que o mandato do Diretor-Presidente da EBC é impróprio, ou seja, se enquadra entre aqueles que são passíveis de interrupção, e **promover ajustes** formais decorrentes das alterações efetuadas na estrutura da Presidência da República recentemente por meio da Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016 grifo nosso (Brasil, 2016, p. 120).

Para implementar as alterações marcadas pelos verbos em destaque, a MP tenta ressignificar o discurso neoliberal da década de 1970, que prega o enxugamento e a eficiência das atividades do Estado, que Lima (2005, p. 87) esclarece sendo uma política onde cabe ao Estado uma ação reguladora circunscrita à implantação de uma rigorosa disciplina fiscal e a privatização das empresas estatais e dos serviços sociais considerados não exclusivos do Estado, dentre tantas outras ações como a liberação do comércio e o enfrentamento aos sindicatos e partidos que se oporem a essa nova concepção não de Estado, mas das classes economicamente dominantes, que encontram no Estado burguês o instrumento executor da condições de reprodução do capital.

Nos enunciados “a extinção do Conselho Curador deve-se à necessidade de agilizar as decisões no âmbito da EBC, em observância ao princípio da eficiência” e “a relevância e a urgência que justificam a edição da Medida Provisória proposta a Vossa Excelência derivam da urgente necessidade de se garantir maior eficiência à gestão da EBC” (BRASIL, 2016, p. 141), é possível perceber a retomada de uma memória discursiva que remete a uma série de discursos de que, no Brasil, o serviço público não funciona de forma “eficiente” devido a condição da estabilidade empregatícia dos servidores públicos; deixando de dizer sobre as condições precárias de trabalho e a escassez de recursos humanos para o atendimento dos cidadãos.

Essa significação do silenciamento, Orlandi (2007, p. 74) denomina de política do silêncio, que, na referida MP, ao institucionalizar juridicamente o dito, apaga os sentidos que se quer evitar do não-dito, “sentidos que poderiam instalar o trabalho significativo de uma “outra” formação discursiva, uma “outra” região de sentidos”, entendendo que o silêncio, assim como a linguagem, não é transparente.

Essa memória discursiva da ineficiência do que é público vem sendo reforçada e cristalizada por discursos de governos federais, estaduais e municipais para não realizar novos concursos públicos e continuar com a terceirização das atividades do Estado por meio da contratação de empresas prestadoras de serviços e realização de processos seletivos simplificados. Nesse jogo de interesses antagônicos, o capital sai duplamente vitorioso: o empresário ganha dinheiro do Estado e da exploração dos trabalhadores que agora fazem o trabalho do Estado.

No caso da EBC, os defensores da sua eficiência não apresentaram, na Exposição de Motivos da MP 744, quaisquer dados que comprovassem sua ineficiência. Também não foram demonstrados indicativos de garantia de que ao vinculá-la a Casa Civil, extinguir o Conselho Curado e acabar com

a estabilidade do mandato do Diretor-Presidente, a EBC seria mais eficiente no cumprimento da sua missão constitucional de garantir a “participação da sociedade civil no controle da aplicação dos princípios do sistema público de radiodifusão, respeitando-se a pluralidade da sociedade brasileira” (Brasil, 2007, p. 42).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aplicação dos dispositivos teóricos-analíticos da AD nos enunciados da Exposição Motivos da MP nº 744 desvelou os antagonismos sociais envolvidos na produção de efeitos de sentido do discurso da eficiência da EBC. Por meio da análise das condições de produção foi possível compreender a sintonia do Estado com os princípios da política neoliberal implantada no Brasil.

Nesse sentido, o Estado edita a MP que, por meio dos processos da ideologia, disfarça o projeto político do governo Temer em destruir os avanços do governo Lula na área da comunicação pública ao criar a EBC. Para isso, mobiliza, com roupa nova, o velho discurso da precariedade e do prejuízo das empresas estatais para alterar a natureza de uma empresa pública de comunicação, tornando-a refém dos mecanismos de controle de gestão de um Estado que “não passa de um comitê administrativo dos negócios da classe burguesa em seu conjunto” (Marx; Engels, 2001, p. 53).

REFERÊNCIAS

BOLAÑO, César Ricardo Siqueira. **Qual a lógica das políticas de comunicação no Brasil?** São Paulo: Paulus, 2007.

BRASIL. Medida provisória nº 744, de 1 de setembro de 2016. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 2 set.

BRASIL. **Decreto nº 11.652**, de 7 de abril de 2007. Cria a Empresa Brasil de Comunicação – EBC, aprova seu Estatuto e dá outras providências. 2007.

BUCCI, Eugênio. A TV pública não faz, não deveria dizer que faz, e pensando bem, deveria declarar abertamente que não faz entretenimento. In: Fórum Nacional de TVs Públicas. **Cadernos de Debates**, 2006.

CAVALCANTE Maria do Socorro Aguiar de Oliveira; MACHADO Fabiano Duarte. “O rugido das ruas” em 15 de março de 2015, no Brasil: acontecimento, discurso e memória. **Organon**, Porto Alegre, v. 30, n. 59, p. 117-135, jul/dez. 2015. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/organon/article/view/57216/35600>. Acesso em: 23 set 2022.

COSTÓDIO FILHO, Ubirajara. Administração pública (organização). In: DIMOULIS, Dimitri (coord.). **Dicionário brasileiro de direito constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2007.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **A ideologia alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

FLORÊNCIO, Ana M. G. *et al.* **Análise do discurso: fundamentos e práticas**. Maceió: Edufal, 2009.

JAMBEIRO, Othon. **A TV no Brasil do século XXI**. Salvador: UFBA, 2001.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria de transição**. São Paulo: Boitempo, 2011.

ORLANDI, Eni. **As formas do silêncio no movimento dos sentidos**. Campinas: UNICAMP, 2007.

ORLANDI, Eni. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 2000.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas, SP: Unicamp, 1988.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. Organização Charles Bally e Albert Sechehaye. 28. ed. São Paulo: Cultrix, 2012.

SILVA, Sóstenes Ericson V. da. **Agronegócio e agricultura familiar: a desfaçatez do Estado e a insustentabilidade do discurso do capital**. Maceió: Edufal, 2015.

VALENTE, Jonas; AZEVEDO, Flávia. Sistema público de comunicação de Portugal. **Intervozes – sistemas públicos de comunicação no mundo: experiência de doze países e o caso brasileiro**. São Paulo: Paulus, 2009 (Coleção Comunicação).

Recebido em: 5 de Fevereiro de 2023

Avaliado em: 25 de Maio de 2023

Aceito em: 30 de Maio de 2023



A autenticidade desse artigo pode ser conferida no site <https://periodicos.set.edu.br>

Copyright (c) 2023 Revista Interfaces Científicas - Humanas e Sociais



Este trabalho está licenciado sob uma licença Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License.

1 Doutorando em Análise do Discurso no Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Mestrado em Sociedade, Tecnologias e Políticas Públicas do Centro Universitário Tiradentes (Unit AL). Especialização em Literatura Brasileira e Linguística na Universidade Cidade de São Paulo (Unicid). Email: robertoamorim.1109@gmail.com

2 Doutora em Antropologia pela UFPE. Professora e Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Tecnologias e Políticas Públicas do Centro Universitário Tiradentes – UNIT/AL. Email: jesanabpereira@gmail.com

